

ECONOMIA

Crédito menos farto e mais caro

Juros de financiamentos sobem até 2,5% e prazos de pagamento caem. Inadimplência sobe 24%

Bruno Rosa

O consumidor já sente no bolso o crédito mais caro e difícil neste início de ano. As taxas do crediário subiram 1,76%, de 5,69% ao mês (ou 94,27% ao ano), em dezembro, para 5,79% mensais (96,49% anuais) em janeiro. No caso dos financiamentos de carros, a taxa subiu 2,50%, de 2,4% ao mês (32,92% ao ano) para 2,46% (33,86%) no período. Os dados são da Anefac, a associação dos executivos de finanças. Além disso, para financiar um carro, por exemplo, a maioria dos bancos agora pede a clientes entradas entre 20% e 30% do valor do veículo, enquanto os empréstimos sem entrada eram os mais comuns. O prazo de 60 meses foi reduzido para 24 ou 48 prestações. Ao mesmo tempo, a inadimplência acelerou em janeiro e subiu 24,8% em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2010, a maior alta desde junho de 2002. Os dados são do Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor, divulgados ontem. Para analistas, os números acenderam a luz amarela.

— O aumento da inadimplência assustou e veio acima das expectativas — disse Antônio Cesar Carvalho de Oliveira, especialista em gestão e diretor da Acomp Consultoria, especializada em varejo.

E o cenário, dizem economistas, ficará mais severo, com a expectativa de novas altas nos juros básicos, a Selic, para segurar o avanço da inflação. O Banco Central (BC) elevou a taxa a 11,25% ao ano em janeiro. Além disso, em dezembro de 2010, o BC elevou o compulsório dos bancos (parcela que as instituições são obrigadas a recolher à autoridade monetária, sem remuneração), reduzindo em R\$ 65 bilhões a circulação de dinheiro na economia, e obrigou os bancos a aumentarem suas garantias em financiamentos acima de 24 meses.

Comércio dá mais descontos à vista

• No caso dos prazos de financiamento de carros, o prazo máximo caiu de 80 em janeiro do ano passado, para 60 meses no mês passado. O prazo médio foi de 42 para 41 meses. Para compras em geral, o número máximo de parcelas caiu de 36 para 24, e, na média, de 16 para 12.

— Todas as ações feitas pelo Banco Central causaram essa mudança no cenário. Em fevereiro, haverá novas altas. É claro que ainda existem aqueles financiamentos mais longos, mas eles estão mais difíceis de se obter, já que os bancos estão mais exigentes na hora de conceder crédito. Comprar carro sem entrada ficará mais raro e caro. O comércio vê que as taxas estão maiores e estão numa saída justa — diz Miguel José Ribeiro de Oliveira, vice-presidente da Anefac.

Nas concessionárias, o efeito é mais pesado para o consumidor. Francisco Veríssimo, sócio da Distac, uma das



MANUEL BARROSO: "Não gosto de parcelar, pois os juros são altos. O varejo tem ficado mais agressivo nos descontos"

Custodio Coimbra

Editoria de Arte

CONFIRA O AUMENTO DAS TAXAS

Taxa de juros para pessoa física

	Dezembro/2010	Janeiro/2011	Varição
CDC/bancos (Veículos)	2,40% ao mês (32,92% ao ano)	2,46% ao mês (33,86% ao ano)	2,50%
Juros comércio	5,69% ao mês (94,27% ao ano)	5,79% ao mês (96,49% ao ano)	1,76%
Empréstimo pessoal/bancos	4,77% ao mês (74,92% ao ano)	4,85% ao mês (76,53% ao ano)	1,68%
Cheque especial	7,57% ao mês (140,05% ao ano)	7,63% ao mês (141,66% ao ano)	0,79%
Empréstimo pessoal/financeiras	9,64% ao mês (201,74% ao ano)	9,68% ao mês (203,06% ao ano)	0,41%
Cartão de crédito	10,69% ao mês (238,30% ao ano)	10,69% ao mês (238,30% ao ano)	0%
Taxa média	6,79% ao mês (119,97% ao ano)	6,85% ao mês (121,46% ao ano)	0,88%

Evolução do endividamento dos consumidores

Tipo de dívida	Valor médio das dívidas		
	Janeiro/2010	Janeiro/2011	Varição
Com banco	R\$ 1.395,96	R\$ 1.281,12	-8,2%
Cheques sem fundos	R\$ 1.164,53	R\$ 1.245,34	6,9%
Títulos protestados	R\$ 1.032,63	R\$ 1.170,09	13,3%
Dívidas não bancárias	R\$ 370,55	R\$ 386,77	7,1%

FONTES: Anefac e Serasa Experian

maiores concessionárias da Volkswagen no Rio, revela que os juros para clientes que compram carros sem entrada aumentaram de 1,4% ao mês para 1,78% mensal, em média.

— O cliente que compra um modelo dando uma entrada ainda tem juros no mesmo patamar. Mas os bancos vão aumentar as taxas em breve.

Gustavo Brito Silva Araújo, diretor da concessionária Disnave, no Shopping Nova América, também percebeu o mesmo movimento. Ele acrescenta que os prazos de financiamento estão mais curtos:

— Antes o principal era o financiamento de 60 meses; agora caiu para

24 e 48 prestações. Os bancos estão mais restritos em conceder crédito. Claro que há financiamento de todos os tipos, mas os custos estão maiores.

No comércio, com receio de perder clientes, parte do varejo tenta de tudo para driblar a alta dos juros. A principal aposta é o maior desconto no pagamento à vista. No Shopping Nova América, por exemplo, a loja de Colchões Sleep aumentou de 10% para 15% o desconto no pagamento à vista. A mesma estratégia fez a grife feminina M.Bruzzi, com lojas em Copacabana e no Centro do Rio, cujo desconto passou de 5% para 10%. A ação tem ganhado adeptos. O técnico em ad-

ministração Manuel Barroso sempre tenta negociar quando paga em parcela única. Foi assim que conseguiu economia superior a R\$ 400 na hora de comprar eletroeletrônicos:

— Não gosto de parcelar, pois os juros são altos. O varejo tem ficado mais agressivo nos descontos.

Além disso, algumas empresas decidiram reduzir o valor mínimo da prestação para encorajar clientes a encerrar um novo parcelamento. É o caso da Mr.Cat, no Shopping Grande Rio, cujo valor mínimo de compras para parcelamento em até cinco vezes foi reduzido de R\$ 500 para R\$ 300.

— Muitas lojas não querem perder

vendas. E aí é uma questão de sobrevivência — diz Oliveira.

Antônio Cesar, da Acomp Consultoria, lembra que, com juros maiores, os custos sobem para as redes que precisam de crédito:

— E esse custo maior acaba sendo repassado para o consumidor. Acontece que, nesse primeiro momento, os varejistas estão tentando absorver parte do impacto. Mas, entre fevereiro e março isso não será mais possível, já que o crédito ficou mais enxuto desde dezembro. O aumento de um mês para o outro é sempre muito pequeno, mas os juros no comércio sobem desde novembro. ■

Endividamento avança no país, aponta Serasa

• SÃO PAULO. De acordo com os técnicos da Serasa Experian, o salto de 24,8% na inadimplência em janeiro é uma consequência do maior nível de endividamento dos brasileiros, que cresceu durante todo o ano passado. Os dados da entidade revelam ainda que, com exceção das dívidas com bancos, o valor do endividamento em todas as outras modalidades cresceu em relação a janeiro de 2010.

O valor médio das dívidas penduradas nos bancos caiu 8,2% em um ano, para R\$ 1.281,12. O das pendências não bancárias — que incluem cartões e financiamentos de lojas, além de dívidas com prestadoras de serviços, como energia e telefonia — ficou em R\$ 396,77, um crescimento de 7,1%. Já o valor médio das dívidas com cheques sem fundos aumentou 6,9%, para R\$ 1.245,34.

Se em relação a janeiro do ano passado a insolvência cresceu, frente a dezembro houve recuo de 3,3%. Isso, segundo economistas da Serasa, seria um sinal de que a inadimplência no país está sob controle, além de sinalizar uma mudança. Isso porque o indicador registrou oito altas consecutivas, de maio a dezembro de 2010.

As emissões de cheques sem fundos, que caíram 13,4% ante dezembro, foram as principais responsáveis pelo recuo do índice. A inadimplência com dívidas não bancárias caiu 1,6%, enquanto o não pagamento de dívidas com bancos registrou queda de 1,7%. Já o número de títulos protestados caiu 13,1%.

Os dados sobre inadimplência da Serasa Experian são referentes a todo o país.

Governo só vai desonerar folha se houver contrapartida

Segundo o ministro Guido Mantega, arrecadação federal precisa subir para que seja possível abrir mão de receitas

Martha Beck e Regina Alvarez

• BRASÍLIA. Uma das medidas mais esperadas para elevar a competitividade da indústria, a desoneração da folha de pagamento só será feita se o governo achar uma contrapartida de receitas. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deixou claro ontem que, diante do corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento e da redução de R\$ 19 bilhões na projeção de arrecadação, qualquer incentivo à economia, incluindo a diminuição dos encargos sobre a folha, só será possível se houver espaço fiscal:

— Só poderemos tirar da folha se colocarmos o tributo em outro lugar. E somente se a arrecadação subir é que va-

mos desonerar outras áreas.

Como O GLOBO antecipou semana passada, uma das propostas prevê uma redução escalonada da contribuição previdenciária e a exclusão permanente de alguns itens, como o salário educação (2,5%) e o adicional sobre a folha (0,2%), repassado ao Incrá. Este ano, a desoneração da folha seria de 4,7 pontos percentuais. Paralelamente, seria criado um IVA federal (alíquota única para IPI, PIS e Cofins) para calibrar a arrecadação. Cada ponto percentual de redução da contribuição previdenciária vale R\$ 4 bilhões. Também se estuda transferir a tributação para o faturamento das empresas.

Reduzir ou mesmo eliminar a cobrança da contribuição ao

INSS sobre a folha significaria uma perda de receitas que ajudam a segurar contas da Previdência Social. Diante disso, a equipe econômica decidiu agir com cautela. Em vez de apresentar uma proposta pronta, vai primeiro ouvir e dar publicidade a propostas de diferentes segmentos. A ideia é montar um texto com chances concretas de ser aprovado no Congresso.

Criação de imposto do tipo da CPMF é uma das opções

O primeiro passo nessa estratégia foi dado na semana passada, quando o Ministério da Fazenda convidou a Confederação Nacional dos Serviços (CNS) a apresentar a um grupo de em-

presários sua proposta para re-

duzir os encargos sobre a folha. A ideia foi considerada polêmica: propõe a eliminação da contribuição previdenciária — hoje em 20% — e a criação de um imposto sobre movimentação financeira, como a CPMF. — É uma coisa que certamente vai nascer bem morta — disse o presidente da Câmara da Construção Civil, Paulo Simão. — É uma proposta com a qual ninguém concordou, pois toda a sociedade será onerada — disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

A ideia tem a simpatia das centrais sindicais. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, afirma que com uma alíquota de 0,38% como

era a da CPMF, o governo arrecadava quase R\$ 40 bilhões, quantia da qual abriria mão se reduzisse a contribuição ao INSS em 10 pontos percentuais.

— Com uma nova contribuição, o governo teria condições de fazer uma desoneração forte na folha. O que não dá é para dar uma paulada nas contas da Previdência Social sem contrapartida — disse Paulinho.

Outras vozes também serão ouvidas. A Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) tem uma proposta que agrada aos técnicos da área econômica: substituir a cobrança da contribuição previdenciária sobre a folha por uma sobre o faturamento das empresas.

Segundo o diretor de Relações Institucionais da Brasscom, Edmundo Oliveira, cálculos mostram que a retirada da contribuição sobre a folha e a criação de uma alíquota de 2% a 3% sobre o faturamento das empresas de tecnologia seriam suficientes para repor as perdas de arrecadação e poderiam dar um ganho ao setor, que aumentaria a formalização, hoje em 50%.

Numa linha parecida, está a proposta da FGV, que defende redução da contribuição previdenciária de 20% para 12%. Estudo da entidade defende que a contrapartida para equilibrar as contas previdenciárias viria da geração de empregos e de possível oneração sobre o faturamento bruto das empresas. ■